

1. A experiência populista de redistribuição de renda*

Adolfo Canitrot

Canitrot, Adolfo ([1975] 1991) in Bresser-Pereira, org. (1991)
Populismo Econômico. São Paulo: Editora Nobel.

Introdução

Na experiência histórica argentina houve três tentativas explícitas de modificar a distribuição de renda em favor dos trabalhadores mediante o aumento de salários. Duas tentativas correspondem ao primeiro (1946-1952) e ao terceiro (1973 em diante)¹ governo peronista. Ainda que em contexto diferente, o governo radical (1963-1966) aplicou ao mesmo fim idêntico instrumento.

Peronismo e radicalismo não são iguais. Representam uma distinta composição de classes e têm um comportamento político diferente. Mas ambos possuem em comum uma ideologia nacionalista e procuram seguir uma política econômica que satisfaça as aspirações das maiorias populares. A essa política chama-se, aqui, populismo. Como objetivo, propõe-se a melhorar as condições de vida dos setores de médias e baixas rendas, embora sem alterar fundamentalmente a estrutura de propriedade e as relações econômicas vigentes. A redistribuição de renda é um objetivo primordial, a redistribuição de riqueza não: ou não existe, ou tem um caráter esporádico e complementar ao anterior, ou se limita, apenas ao nível da formulação, a uma riqueza específica como a terra.

Como se sabe, as tentativas de redistribuição de renda pelo aumento de salários, próprias do populismo, fracassam na medida em que as pretendiam duradouras. A redistribuição sustentou-se um ou dois anos, e logo retrocedeu amplamente, corroída pela inflação ou invertida abruptamente pela aplicação de políticas de sinal contrário. Neste artigo procura-se analisar as razões econômicas desse fracasso. A questão importante que se coloca é

* Artigo publicado originalmente em *Desarrollo Económico*, vol. 15, nº 59, out.-dez. 1975. O autor é pesquisador sênior do Instituto Torcuato Di Tella. Tradução de Rosa Maria Marques.

saber se o retrocesso, que se seguiu às experiências populistas de redistribuição, deve-se à ação deliberada de grupos de interesses que reagem frente à perda de suas prerrogativas econômicas e de poder, tese que favorece tanto peronistas como radicais, ou às próprias características dessas experiências que engendram, ao pôr-se em marcha, os elementos objetivos que as liquidarão; tese que o autor sustenta.

Para levar a cabo a análise, faz-se uma rápida revisão da teoria econômica e do fenômeno da inflação, e depois estuda-se com certa atenção o funcionamento de um modelo simplificado da economia argentina. Procura-se comparar a política populista com a política alternativa da direita moderna, chamada aqui de política da demanda autônoma, embora ambas proponham o pleno emprego ainda que com uma distribuição diferente das rendas. Finalmente obtêm-se as conclusões.

A teoria e suas conseqüências

O pensamento econômico é cético, em geral, com respeito a modificar a distribuição de renda mediante o aumento de salários. Na teoria neoclássica, salários e lucros são variáveis dependentes dentro de um modelo de equilíbrio geral. Dadas a disponibilidade e a distribuição dos recursos, as tecnologias de produção possíveis e os gostos e os hábitos de poupança das pessoas, obtêm-se um valor único de salários e lucro. Uma mudança nos salários é uma perturbação das condições de equilíbrio do sistema e não se sustenta por si mesma; o sistema tende a retornar à situação original. A perturbação é só transitória e, além disso, é causa de ineficiência porque desloca o sistema de sua posição ótima.

Para Marx, da mesma forma que para o pensamento clássico, o salário mantém-se a longo prazo em nível de subsistência. Esse nível não é absoluto mas se define em relação às condições históricas de cada período. Há um salário historicamente compatível com as necessidades de acumulação de capital que torna viável o funcionamento do sistema capitalista. A taxa de lucro tende a cair a longo prazo. Para se opor a essa tendência, os capitalistas recorrem a inovações tecnológicas, a processos de concentração e integração industrial etc., que possibilitem um aumento na massa de mais-valia extraída do trabalhador. Essa pressão é constantemente exercida em detrimento do salário, que em conseqüência permanece no nível mais baixo compatível com as necessidades de subsistência. O grau de consciência de classe e de organização dos trabalhadores pode aliviar temporariamente sua situação, e não corrigir a tendência de longo prazo.

O pensamento *keynesiano* e *neokeynesiano* é o único que admite a possibilidade de uma modificação permanente do salário.

Dada a disponibilidade total de recursos e a renda total derivada de seu uso na produção, é possível distribuí-la arbitrariamente entre lucros e salários, dependendo da taxa de acumulação de capital que se adote. Como se supõe que os lucros destinam-se integralmente, ou principalmente, ao investimento, e os salários, ao consumo, uma maior taxa de acumulação de capital requer uma proporção maior da renda canalizada para os lucros. O aumento dos salários modera o processo de acumulação e de crescimento da economia. Isso significa que este aumento se faz não somente à custa dos lucros dos capitalistas do presente, mas também à custa dos lucros dos capitalistas e dos salários dos trabalhadores do futuro.

Todas as colocações teóricas mencionadas referem-se ao caso de economias isoladas. Se a economia está inserida dentro de uma ordem internacional, e o capital é móvel, de modo que possa se transferir para os países e as atividades onde o lucro seja maior, a possibilidade de redistribuição de renda desaparece. Diante do aumento de salários e da redução correspondente dos lucros, os recursos de investimento fluem para o exterior, o investimento se faz nulo e o desemprego amplia-se. Isto se dá porque a taxa de lucro é determinada internacionalmente e porque os salários, em cada país, são um resíduo cuja magnitude depende da produtividade do trabalho e dos termos do intercâmbio de bens e serviços.

Do exposto, conclui-se que uma redistribuição permanente da renda em favor dos salários e contra os lucros é incompatível com a mobilidade do capital. Na realidade o capital não é estrita e universalmente móvel. Conforme o setor da economia, varia o grau de mobilidade. É alto para os recursos de investimento comandados pelos grupos financeiros e as grandes empresas, principalmente as multinacionais. É baixo para os das pequenas empresas, dos autônomos, dos pequenos proprietários e dos rentistas. A necessidade de imobilizar o capital refere-se especialmente ao primeiro grupo e requer o controle ou a captação dos recursos pelo Estado.

Para as unidades econômicas cujo capital é relativamente imóvel, a conclusão que se depreende da teoria é que devem resignar-se a aceitar uma taxa de rentabilidade menor, ao mesmo tempo que reduzem seu volume de investimento. Na prática as empresas resistem, procurando elevar seus preços e, se isso não é permitido legalmente, desenvolvendo o mercado negro. Para muitas empresas marginais, o decréscimo da rentabilidade significa a quebra. Há, pois, fortes motivos para uma resistência que não se expressa apenas no terreno econômico, mas também no político. É nesse grupo, enquadrado dentro da definição de pequena burguesia, onde é mais dura a oposição ao programa distributivo.

A teoria refere-se à comparação de duas situações com diferentes distribuições de renda, uma vez que estas tenham sido estabelecidas. Mas não faz referência ao problema da passagem de uma para a outra. A transição coloca dificuldades muito agudas. Não só se trata da queda do investimento e do desenvolvimento de pressões inflacionárias e do mercado negro a que já se fez referência. A expansão da demanda de bens de consumo requer uma ampliação da capacidade produtiva que é dificilmente compatível com a redução do nível de investimento. Isso dá lugar ao clássico problema de desabastecimento e reforça a pressão inflacionária. A retração das indústrias de bens de capital gera um excedente de trabalhadores cuja reabsorção na produção de bens de consumo, na medida em que requer capital complementar, também é contida pela queda da taxa de investimento.

É evidente que o programa redistributivo exige uma ativa intervenção estatal e uma forte expansão da área econômica sob seu controle. Isso por duas razões: 1) pela necessidade de imobilizar no país os recursos financeiros das grandes empresas; 2) pela necessidade de levar a cabo a reconversão da estrutura produtiva e do emprego, desde as indústrias de bens de capital até as de consumo. Contudo, o Estado, como conseqüência do próprio programa redistributivo, encontra-se em uma situação especialmente débil para enfrentar essas tarefas. Ao mesmo tempo que o setor público é proporcionalmente o maior empregador da economia, é também o principal afetado no uso dos recursos pelo aumento dos salários. Enfrenta, pois, o problema de considerável insuficiência de recursos para investimento em relação aos que o programa exige. E essa insuficiência persistirá ainda quando os recursos financeiros expropriados das grandes empresas dirigirem-se para a produção de bens de consumo. A solução desse dilema é o aumento na carga tributária, cujos efeitos são uma redução adicional na rentabilidade das empresas privadas e, muito provavelmente, uma redução do poder aquisitivo dos assalariados. Nesse ponto, as exigências do programa redistributivo entram em conflito com seus próprios objetivos. É por essa razão que, relevando todas as demais dificuldades, o incremento salarial deve esperar que, numa primeira etapa, se complete o processo de reestruturação produtiva.

Limitações da teoria

Os modelos teóricos mencionados reconhecem só duas categorias de rendas: as provenientes do capital e as do trabalho; e só dois tipos de beneficiários: capitalistas e trabalhadores concebidos como conjuntos homogêneos. Por sua vez, as estatísticas cor-

rentes, que utilizam como indicadores a situação da distribuição de renda, manejam também o mesmo tipo de agregação.

É claro que essa suposta homogeneidade, dentro de cada conjunto, não é assim. As diferenças de renda em cada um são consideráveis. Só no decil mais alto da distribuição da população por estratos de renda há uma clara preponderância de não-assalariados. Por outro lado, os proprietários minifundiários e os trabalhadores independentes urbanos representam uma proporção dominante do estrato populacional do decil inferior. Desse modo, as mudanças na distribuição de renda que mostram as estatísticas, separando a renda dos assalariados daquela dos não-assalariados, são aproximações muito grosseiras e freqüentemente errôneas com respeito ao que pretendem medir.

Como é óbvio, a solução dos problemas da pobreza excede amplamente a possibilidade de uma política de salários. Responde a condições estruturais, às vezes de caráter muito específico, que devem ser resolvidas por ações *ad hoc* e pelos serviços de bem-estar social, em seu sentido mais amplo. Uma política redistributiva requer desses instrumentos um uso intenso e uma atenção prioritária.

Como conclusão deste trabalho pode-se supor que o gasto público é um meio mais eficiente de redistribuição de renda que o aumento de salários. Apesar disso, na medida em que o artigo refere-se a questões econômicas e à política de caráter global, em particular relacionadas com o curto prazo, o tema do uso do gasto público é deixado de lado.

Inflação

Em condições próximas de pleno emprego, e se não ocorre intervenção estatal, o aumento de salários transmite-se aos preços. Estes aumentam tanto como os salários, ou ainda mais, quando a inflação se acelera. Conseqüentemente, os salários reais mantêm-se constantes ou baixam, depois de um breve período inicial de alta.

A resposta dos preços não pode ser diferente da que se descreve acima. Há uma estrutura econômica montada em função dos preços existentes, com uma gama de lucros considerados "normais" pelas empresas, conforme sejam sua situação e características. A alta de salários reduz esses lucros e, no caso de empresas marginais, os torna negativos. O novo valor do salário é incompatível com a estrutura econômica representada pelo conjunto de empresas que operam no momento de sua implantação. Ou essa estrutura se modifica, ou o sistema de preços se acomoda, via inflação, ao novo valor nominal do salário. Se não se

repete a “perturbação” — no sentido neoclássico — o salário real volta a seu valor de equilíbrio.

Há duas razões, contudo, pelas quais o sistema em seu conjunto pode não regressar a seus valores de equilíbrio. Uma é de ordem prática e se refere especificamente ao caso argentino: nem todas as empresas podem modificar livremente seus preços. Há diferentes capacidades, conforme o ramo de atividades, que levam a mudanças nos preços relativos. A segunda razão é de caráter teórico e de aplicabilidade geral: uma vez efetuada a “perturbação” — a alta original dos salários — o movimento dos preços para suas novas posições finais, em distintos movimentos e com diferente ritmo, cria por si o aparecimento de um conjunto de novas variáveis dinâmicas, que não atuavam na determinação do equilíbrio original, e que, em consequência, não têm porque conduzir o sistema à sua posição de equilíbrio final, concebido em termos das variáveis estáticas iniciais.

A razão prática refere-se à efetividade do mecanismo de controle de preços. Esse é um mecanismo de curto prazo, necessariamente. Por si só não pode resistir às pressões emergentes de uma estrutura econômica forçada a trabalhar com níveis de lucros e custos para os quais não está concebida. A complementação óbvia da política de controle de preços é a reforma dessa estrutura, de modo que passa a absorver o novo nível de salários. Mas isso, que em nível conceitual é claro, representa uma tarefa gigantesca, técnica e politicamente, que ultrapassa de longe o que se pode realizar em curto prazo. O conceito, contudo, é resgatável: não há modificação permanente da distribuição de renda se essa mudança estrutural não se complementa.

Há três conjuntos de preços que, pela situação das atividades econômicas correspondentes, são passíveis de controle estrito pelo Estado: os preços agropecuários, as tarifas das empresas públicas e os aluguéis. Os preços agropecuários são normalmente controlados pelo Estado em benefício dos produtores, para garantir um mínimo de estabilidade nos mercados. A taxa de câmbio, os impostos, os preços mínimos e a compra direta pelo Estado são os instrumentos de controle. Esses mesmos instrumentos permitem aumentar o controle de preços sobre o setor de acordo com a política oficial. Quanto aos aluguéis, a dificuldade para o proprietário desocupar seu imóvel dá lugar a uma oferta inelástica de curto prazo, isto é, constante, qualquer que seja o preço aplicado. O caso das tarifas públicas, finalmente, é de controle óbvio.

O que se observa na experiência argentina é que o aumento do salário real na conjuntura, quando ocorre, deve-se essencialmente à queda do valor relativo destes três preços — agropecuários, tarifas públicas e aluguéis — com relação ao salário. Os bens e

serviços que estes preços representam constituem uma parte muito importante da cesta familiar. Em consequência, a redistribuição de renda de curto prazo para os assalariados é paga pelos produtores agropecuários, pelas empresas públicas e pelos proprietários de imóveis de aluguel.

A redistribuição não se mantém, todavia. Como os preços dos demais setores da economia continuam subindo, a oferta dessas três atividades se deteriora. O investimento faz-se nulo ou negativo, surgem pontos de estrangulamento e finalmente uma crise que obriga a reconsiderar seus preços. Então a redistribuição de renda se esvai. Volta-se à posição inicial com perda real no caminho.

A posição inicial de equilíbrio, como foi dito, pode não se recuperar ou recuperar-se depois de um grande período de ajuste. Se fossem aumentados os salários e os ajustes de preços ocorressem simultaneamente em todas as atividades, regressar-se-ia à situação inicial com o mesmo salário real de origem, depois de um certo período de aumento. Mas os ajustes se transmitem em cadeia e depois em sucessivas ondas que fluem e refluem. A pressão para aumentar os preços se faz sentir com mais intensidade: a) nas empresas marginais, de baixa eficiência, onde a rentabilidade adquire valores negativos; b) nas pequenas empresas com custos de mão-de-obra relativamente altos; c) nos autônomos. São essas as empresas cuja alternativa à inflação é a quebra. São, por outro lado, as empresas mais difíceis de controlar. Iniciado o movimento, este se transmite para cima.

Há uma tendência inerente ao processo inflacionário a se acelerar. As empresas possuem capital circulante — estoque de matérias-primas, outros insumos, produtos semi-acabados e acabados — cujo valor se mede a custo de reposição.

Os ajustes de preços sucessivos e não simultâneos introduzem um elemento de incerteza no valor de capital. O risco de perda do capital por um ajuste insuficiente é mais alto que o da perda de renda por um atraso no ritmo de vendas. Em consequência, é necessário antecipar-se aos custos futuros de reposição, introduzindo os custos futuros esperados nos preços presentes. O processo de compra/venda, por outro lado, não é unidirecional. Por meio da rede de relações interindustriais, muitos dos compradores diretos de uma empresa são seus vendedores indiretos. Desse modo, a antecipação da empresa com relação a seus custos futuros é registrada pelas demais e reverte sobre ela. Os custos futuros tornam-se presentes com maior rapidez que a inicialmente calculada. Em contrapartida, uma “antecipação” demasiada grande dos preços afeta as vendas negativamente. Se a empresa mantém-se permanentemente antecipada, suas vendas manter-se-ão deprimidas em relação a seu nível pré-inflacionário. Esse efeito de

sentido contrário permite implementar a política monetária e fiscal de estabilização. Se a demanda se contrai, o custo da antecipação, em termos de recessão de vendas, faz-se maior e aumenta seu contrapeso em relação ao custo de perda de capital possível por não fazê-lo.

O funcionamento da economia argentina

Tudo que se disse anteriormente tem um caráter geral, aplicável a qualquer economia. Para analisar o caso argentino, que possui características específicas, é necessário adotar um modelo que capte seus traços mais significativos. O modelo que se apresenta é uma simplificação da realidade da economia a partir de 1930. Enquanto simplificação radical dessa realidade, deixa muitas questões importantes de lado. Seu valor, todavia, consiste em proporcionar um marco básico de referência para estudar as políticas alternativas de distribuição de renda.

Apresentação do modelo

Supõe-se a economia argentina representada por dois setores: um setor agropecuário ou rural e um setor industrial. Para iniciar a análise, os mesmos são definidos com características próprias bem marcadas. Em seguida, algumas dessas características são suavizadas. O setor agropecuário é um setor exportador que trabalha em condição de pleno emprego. Produz bens que podem ser exportados ou destinados ao mercado interno. O setor industrial só produz para o mercado interno e admite desemprego quando a demanda efetiva é insuficiente. É o setor importador, porque requer insumos e bens de capital do exterior para o seu funcionamento.²

A demanda dos bens de consumo produzidos por ambos os setores provém tanto dos assalariados como dos capitalistas. Mas se supõe que a demanda dos capitalistas seja fixa, e por isso independente do preço e de suas rendas. Em consequência, as mudanças na demanda agregada de bens de consumo correspondem exclusivamente às mudanças na demanda dos assalariados e dependem das mudanças dos preços e das rendas destes últimos.

A demanda dos bens de capital supõe-se, em princípio, produzida pelo nível de atividade do setor industrial e pelas mudanças que este experimenta. Como esse nível de atividade está determinado essencialmente pela magnitude da demanda de bens de consumo, resulta, em última instância, que o investimento no setor industrial depende do consumo dos assalariados. Por outro lado, eles não poupam. A poupança é exclusiva dos capitalistas.

Numa primeira abordagem não se leva em conta a possibilidade de investimento autônomo, de exportações industriais e de substituição de importações. Desse modo centra-se a atenção exclusivamente nos efeitos das mudanças no nível de renda dos trabalhadores sobre o conjunto da economia pelas alterações em sua demanda por bens de consumo. Depois introduzem-se essas três variáveis, em um segundo enfoque, na medida em que representam fontes de demanda autônomas com respeito à renda dos assalariados.³

Os assalariados gastam sua renda integralmente em bens de consumo produzidos pelos setores agropecuário e industrial. O salário real dos trabalhadores modifica-se — *ceteris paribus* — quando se modifica seu salário nominal. Também se modifica quando mudam os preços tanto dos bens de consumo agropecuários como industriais. Mas uma alteração em qualquer desses preços não só modifica o salário real como também a proporção e — a salário nominal fixo — a magnitude do gasto que se destina aos bens de cada um dos setores. Cada mudança de preço, de qualquer um dos grupos de bens, modifica a demanda pelos bens de ambos os setores. Essa modificação, no caso do setor agropecuário, que opera com um volume fixo de produção, afeta a magnitude das exportações; no caso do setor industrial, seu nível de atitude é a demanda de importação.

Os mercados

Supondo-se pleno emprego, a produção de bens agropecuários é fixa no curto prazo. Em consequência, todo o aumento, em unidades físicas, da demanda interna só pode se satisfazer em detrimento da magnitude das exportações medidas nas mesmas unidades e vice-versa. A dotação dos bens produzidos pelo setor a um e outro destino se resolve, fundamentalmente⁴, em função do preço interno desses bens e de sua relação com o salário nominal. Quanto mais alto é esse preço — a salário nominal constante — menor é o número de unidades demandadas no mercado interno pelos assalariados e maiores são os saldos exploráveis. Esse preço, todavia, não se determina no mercado interno, mas depende do preço internacional e da taxa de câmbio da moeda estrangeira⁵ que transforma um preço em outro. A demanda externa pelos bens do setor agropecuário supõe-se infinitamente elástica, isto é, o mercado exterior pode absorver qualquer quantidade de vendas a preço constante.⁶ Nessas condições, o preço internacional define o preço interno. Se aquele permanece constante, este só pode variar se se alterar a taxa de câmbio. Isto é, a mudança no preço interno dos bens do setor responde às medidas de política econômica

e não ao livre jugo da oferta e da demanda. Um aumento da demanda interna não se manifesta em elevação de preços, mas em uma transferência de quantidades de bens do mercado de exportação ao mercado interno, a preço constante.

A demanda interna dos bens agropecuários postula-se como inelástica às variações de preço. Isso decorre do caráter de primeira necessidade que possuem os bens agropecuários. Um aumento no preço interno desses bens, em conseqüência, reduz o número de unidades vendidas internamente mas aumenta a despesa dos assalariados com esses bens. Essa é uma característica importante ao modelo porque significa que, para rendas constantes, o aumento do preço dos bens agropecuários reduz a capacidade de gasto dos assalariados em bens do setor industrial.

O funcionamento do mercado de bens industriais pode ser compreendido como respondendo a uma regra simples de conduta dos empresários industriais: estes procuram manter o valor unitário e seus lucros. Frente a mudanças na magnitude da demanda, modificam a quantidade vendida e produzida sem alterar os preços. Frente a alterações nos preços dos insumos, ou mão-de-obra, elevam proporcionalmente os preços do produto final. Essas regras são compatíveis com curvas de custo de produção constante. O modelo, contudo, não exige, para funcionar, hipóteses tão estritas. É suficiente que no caso de mudanças na magnitude da demanda todo o ajuste não se efetue pelos preços, supondo-se constantes as quantidades vendidas e produzidas. No caso de aumento de preços de insumos basta que os empresários não absorvam os maiores custos integralmente, e portanto não reduzam seus lucros considerando-se os preços constantes. Isso significa que a resposta do setor industrial frente a deslocamentos da demanda ou alterações dos preços dos insumos será uma modificação da quantidade produzida por mínima que seja. Essa reação através da quantidade é tudo o que o modelo necessita supor para funcionar do modo postulado.⁷

Movimentos — o processo de multiplicação

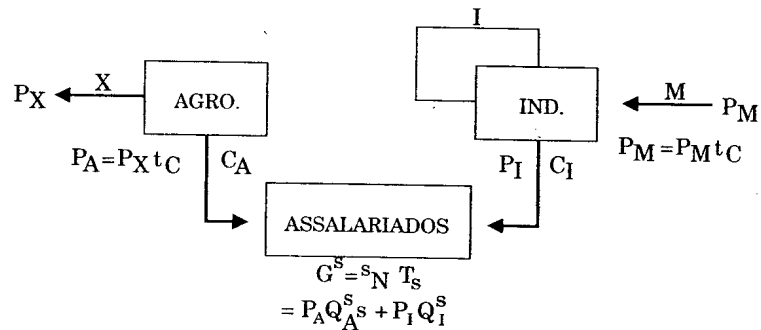
Do até aqui exposto decorre que o modelo admite três variáveis que podem ser modificadas autonomamente:

- o preço dos bens agropecuários como conseqüência de alterações na taxa de câmbio ou nos preços internacionais;
- o preço dos insumos importados e, como decorrência, dos bens industriais, pela mesma razão;
- o salário nominal dos trabalhadores.

A alteração no valor de qualquer dessas três variáveis tem conseqüências sobre o conjunto de variáveis dependentes do modelo: exportações, importações, preços dos bens do setor industrial, nível de atividade deste setor, emprego urbano, lucros dos empresários rurais e urbanos, e salário real. Cada modificação das variáveis independentes expande-se num movimento de causalidade em toda a estrutura do modelo.

Geralmente, ao se adotar uma política econômica determinada, modifica-se mais de uma das variáveis independentes. Isto é, implementam-se diversas combinações de aumentos dos preços agropecuários e das importações, e dos salários nominais. Mas a análise de suas relações de causa e efeito obriga a tratar cada uma isoladamente.

Para facilitar a compreensão do mecanismo causal apresenta-se o diagrama seguinte, no qual os símbolos X, C, I e M têm seu significado habitual; os Ps correspondem a preços; a equação diz que o gasto G de consumo dos assalariados é igual à sua renda — $S_N T_s$ — salário e T número de empregados — e divide-se entre os bens agropecuários Q_A^S e industriais Q_I^S .



O primeiro movimento ao longo do modelo é o que resulta da alta dos preços agropecuários. Quando estes sobem, e os outros dois mantêm-se fixos, origina-se uma queda na demanda dos assalariados por bens agropecuários e um proporcional aumento dos saldos exportáveis. Esse é um primeiro efeito. A demanda dos assalariados por esses bens é inelástica; em conseqüência, ainda que a quantidade demandada, medida em unidades físicas, diminua, o gasto aumenta junto com o aumento de preço. Como a renda nominal dos trabalhadores S_N — e o volume e emprego T — mantém-se até agora constante, o maior gasto dos assalariados em produtos agropecuários necessariamente implica uma redução de sua capacidade de gasto em bens do setor industrial.⁸ Isto é, a

demanda por bens de consumo do setor industrial diminui, supondo-se preços constantes.

A reação dos empresários industriais diante da queda da demanda é procurar a manutenção dos lucros unitários, reduzindo o nível de atividade e com ele a quantidade de emprego oferecido. O emprego urbano conseqüentemente diminui e, considerando salários nominais constantes, também a renda total dos trabalhadores.

A redução do emprego e da renda diminui ainda mais, num segundo momento, a capacidade de gasto dos assalariados e portanto a demanda de bens do setor industrial. Se os empresários respondem novamente cortando o volume de emprego, dão lugar a posteriores reduções de demanda e de emprego causadas mutuamente, e em sucessão. Cada redução sucessiva é, contudo, de menor magnitude e finalmente a seqüência converge para um valor finito. Uma vez desenvolvido o processo, a redução total da demanda e de emprego é um múltiplo da redução original causada pela alta do preço agropecuário.⁹

O mecanismo de multiplicação, que se limita ao setor industrial, tem por causa última o fato de que as mudanças na demanda dos bens do setor originam-se nas alterações das rendas que o próprio setor concede a quem nele trabalha. No setor agropecuário a multiplicação não ocorre, e o pleno emprego se mantém, porque existe um mercado de exportação que absorve os saldos de produção não demandados internamente.¹⁰

A interdependência entre os níveis de demanda e de emprego, no setor industrial, é conseqüência da hipótese de que a única fonte de demanda autônoma é o gasto dos assalariados. Se essa hipótese é anulada e aceita-se a possibilidade de outras fontes de demanda — investimento autônomo, exportações industriais ou substituição de importações —, a interdependência diminui ou mesmo desaparece.¹¹

A progressiva queda do nível de atividade do setor industrial e do emprego e da renda dos assalariados durante o processo de multiplicação afeta em dois sentidos a balança comercial. Por um lado, ao reduzir a demanda interna por bens agropecuários, aumenta ainda mais os saldos exportáveis.¹² Por outro, diminui as importações de insumos para o setor industrial.

Esse primeiro movimento que se descreveu, resultante do aumento dos preços agropecuários, vai, da esquerda para a direita no diagrama anterior, do setor agropecuário ao industrial para terminar com seus efeitos sobre as importações na extrema direita, com alguns reflexos ocasionados no processo de multiplicação. O movimento decorrente do aumento do preço dos insumos importados tem sentido contrário, ainda que neste caso o refluxo seja importante.

O aumento do preço dos insumos importados é absorvido pelos empresários industriais, com o objetivo de manter seus lucros unitários, mediante uma alta de preços dos produtos finais. Como os salários nominais permanecem fixos, esta alta obriga os assalariados a reduzirem sua demanda de consumo em termos físicos. Essa redução põe em marcha o processo de multiplicação da mesma maneira que no movimento anterior. A redução da demanda por importação é o resultado então da soma da redução original pelo aumento do preço com a redução emergente do processo multiplicativo.

Como a elasticidade da demanda dos assalariados pelos bens industriais é alta — aproximadamente unitária —, o gasto com estes bens não se altera significativamente quando seu preço aumenta. Em consequência, a capacidade de gasto remanescente dos assalariados em bens agropecuários não se altera a não ser em menor escala. O efeito sobre os saldos exportáveis é muito baixo. Se ocorre algum, e este também é pequeno, é resultante do processo de multiplicação e da deterioração progressiva da capacidade de compra dos assalariados.

A análise foi feita em separado para cada um dos movimentos. Todavia, o normal é que se apresentem juntos. Um aumento da taxa de câmbio aumenta tanto o preço dos bens agropecuários como o dos insumos industriais. Nessa ocasião, os efeitos descritos de cada um deles sobre as demais variáveis do modelo se superpõem.

É possível graduar, mediante políticas fiscais, o impacto da modificação da taxa de câmbio, de modo que um dos preços considerados aumenta mais ou menos que o outro. Aqui é necessário lembrar as diferenças entre os efeitos que separadamente geram a alta de um ou de outro preço. Em ambos os casos, o resultado sobre o nível de atividade e emprego urbano é recessivo e sobre a balança comercial, positivo; mas a alta de preço agropecuário tem um impacto maior sobre o incremento dos saldos exportáveis do que a alta de preço das importações. A diferença maior é de caráter distributivo: o aumento dos preços agropecuários eleva os lucros dos empresários desse setor enquanto o aumento de preço das importações os mantém inalterados.¹³ Em ambos os casos, contudo, tanto os lucros dos empresários industriais como a renda dos assalariados se deterioram.

O aumento do salário nominal

Quando os preços agropecuários e das importações sobem, enquanto os salários nominais permanecem constantes, o resultado é equivalente ao de uma queda do salário real. Por isso, um

aumento do salário nominal, com os outros dois preços constantes, determina em princípio efeitos estritamente contrários aos que decorrem do aumento daqueles preços. É possível se expor todo o problema como uma análise das conseqüências das modificações da relação entre o valor da taxa de câmbio e o salário nominal. No tratamento dessa variável, portanto, não haveria novidade.

A peculiaridade do caso é que há diferença no processo de ajuste aos novos valores da variável preço, quando se trata de um aumento do salário nominal. Um aumento dos preços agropecuários é uma decisão política e o ajuste é praticamente instantâneo. No caso de um aumento dos preços de importação, o ajuste é mais lento, até que os novos custos sejam refletidos no aumento de preços industriais. Mas em um quadro com tendência recessiva, essa inflação de custos tende a se frear, uma vez atingidos os novos preços que permitam recuperar a margem de lucros unitários prévia. Os aumentos de salários nominais, em troca, criam uma situação expansiva, como resultado do aumento da capacidade de gasto dos assalariados. Há uma expansão de demanda tanto de bens agropecuários como industriais e, no caso do setor industrial, um aumento do nível de atividade. O ajuste dos preços industriais aos novos custos, resultante do aumento de salários, ocorre em um contexto expansivo, no qual o processo inflacionário, agora de demanda e de custos, não encontra freios a sua tendência inerente à aceleração. A essa tendência já se fez referência anteriormente. Se o processo de ajuste fosse simultâneo em todos os preços, não haveria um desencadeamento da inflação. É a disparidade dos tempos e ritmos de ajuste que a faz possível.

A singularidade do movimento que surge do aumento do salário nominal é, pois, sua tendência a originar uma inflação acelerada. Durante o processo, salários e preços industriais sobem permanentemente, enquanto os preços agropecuários — controlados politicamente — tendem a ficar atrás. A decorrente queda da relação entre preço agropecuário e salário nominal manifesta-se em efeitos expansivos adicionais, que são a contrapartida dos efeitos recessivos descritos anteriormente. O nível de emprego e da atividade industrial se expande enquanto a balança comercial se deteriora, tanto pela queda de exportações como pelo aumento das importações.

Outras fontes de demanda autônoma

Até este momento aceitou-se uma rígida dependência entre o nível de atividade econômica com relação ao valor do salário real. Quanto mais elevadas são as relações entre o salário nominal e os

preços agropecuários, por um lado, e de importações industriais, por outro, maior é o nível de emprego e a atividade econômica.

Essa dependência é enfraquecida se se reconhece a existência de outras fontes de demanda autônoma, que dão lugar à criação de emprego. Essas fontes são três: o investimento autônomo, as exportações industriais e a substituição de importações.¹⁴

Em todos os casos, a demanda origina-se fora do setor assalariado e é, em consequência, independente do valor do salário real.

Um determinado par de valores dos preços agropecuários e dos de importações com relação ao salário nominal é compatível, ao introduzir essas novas fontes de demanda, com uma gama de valores da variável emprego. As relações de preço deixam de ser determinantes.

Enquanto variáveis de curto prazo, ou seja, enquanto criadoras de emprego, o efeito dessas três fontes alternativas de demanda sobre a balança comercial se exerce do lado das importações, pois estas têm uma correlação direta com o volume de emprego. Os saldos exportáveis agropecuários não são afetados, a não ser moderadamente, enquanto a relação entre os preços do setor e o salário nominal permanece inalterada. Em um prazo mais amplo, tanto a expansão das exportações industriais como a substituição de importações tendem a aliviar as restrições da balança do comércio exterior.¹⁵

É conceitualmente possível combinar uma determinada quantidade de criação de demanda por essas vias com diferentes alternativas das relações entre as variáveis preços. Na elaboração de um projeto de política econômica, cada uma dessas fontes de demanda são utilizadas complementarmente. Vistas numa projeção histórica, todavia, surgem como instrumentos alternativos para obter um certo nível de emprego e de atividade urbana. As já chamadas políticas populistas apóiam-se, principalmente, no aumento do salário nominal, ou seja, em uma relação elevada entre o salário nominal e a taxa de câmbio. O uso das outras fontes alternativas de demanda, investimento autônomo, exportações industriais, substituição de importações, corresponde ao que se convencionou chamar, em termos imprecisos, políticas eficientistas, ou *keynesianas*, ou modernizantes. O caráter de distribuição de renda diferencia uma das outras, sendo a segunda muito mais favorável aos lucros dos empresários industriais que a primeira.

Uma vantagem importante desse modo de criação de emprego com relação ao procedimento populista é que, ao não requerer necessariamente um reajuste dos preços industriais perante os custos de mão-de-obra aumentados — devido à elevação de salários —, permite, num contexto expansivo, um controle muito mais efetivo das pressões inflacionárias.

Como uma extensão de toda a análise precedente, pode-se tentar elaborar uma projeção da evolução do emprego e do salário a longo prazo, e de seus determinantes dentro da estrutura do modelo.

Na medida em que haja mão-de-obra excedente, o máximo de emprego que pode dispor a economia, numa situação dada, depende da restrição do comércio exterior. O nível de atividade econômica do setor industrial determina univocamente tanto o volume de importações necessárias como a quantidade de emprego oferecido, de modo que estas duas variáveis tenham entre si uma relação fixa. A capacidade de importar, por outro lado, depende da magnitude dos saldos exportáveis — a preços internacionais constantes — e esta magnitude, por sua vez, depende do preço interno dos bens exportáveis em relação ao salário nominal, que define quanto da produção se consome internamente e quanto se exporta.¹⁶ Desse modo surge uma relação direta entre o volume de emprego que pode oferecer a economia, satisfeita a restrição externa, e o preço interno dos bens exportáveis com relação ao salário nominal. Essa relação é positiva: quanto maior é o preço dos bens exportáveis, maior é o volume de emprego oferecido.

Quais são os limites do crescimento do emprego, em uma situação dada, considerando-se exclusivamente as relações de preço? Isso depende da natureza dos bens exportáveis. Se, como se supôs até agora, os bens exportáveis são produtos agropecuários com uma demanda interna inelástica e uma demanda externa perfeitamente elástica, o ponto máximo de emprego é aquele em que posteriores aumentos de preço não permitem transferir quantidades adicionais de bens agropecuários da demanda interna para a exportação, ou seja, o preço no qual a demanda interna é rigidamente inelástica. Aqui não há grandes possibilidades de movimento: a tolerância dos assalariados em restringirem seus modos habituais de consumo de bens de primeira necessidade é muito pequena. Se, por outro lado, os bens exportáveis são bens produzidos no setor industrial com maior elasticidade de demanda interna, a restrição a expandir as exportações surge do mercado externo, seja pela queda de preços, seja pela fixação de barreiras ou cotas por parte dos países importadores. E aqui também as possibilidades são modestas.¹⁷ Em resumo, os limites à expansão do emprego, aceita a restrição externa, em uma dada situação, são finitos e relativamente inflexíveis.

Ao longo do tempo, a expansão do emprego, obtida pela ampliação das exportações, depende do crescimento da capacidade produtiva do setor produtor de bens exportáveis. O setor agro-

pecuário cresce lentamente. Essa lentidão representou no passado a maior restrição ao crescimento do emprego. A substituição de importações, ao reduzir permanentemente a quantidade de importações necessárias para cada quantidade de emprego determinada, alcançou uma influência mais significativa. No futuro, a aceleração do ritmo de criação da capacidade dependerá da evolução da demanda externa por bens industriais. Adotando-se uma política de oferta máxima, esta é uma variável que escapa à capacidade de decisão do próprio país.

A colocação acima refere-se à criação da capacidade de oferecer emprego. O segundo ponto é o da geração efetiva de emprego. Enquanto o preço interno dos bens exportáveis — em relação ao salário nominal — determina-se de acordo com o nível desejado de emprego possível, ou seja, fixando a capacidade potencial total de oferecer emprego, o volume efetivo de emprego depende da posição que assume a relação entre preços de importação e salários nominais e da magnitude da demanda autônoma. Para fins de criação de emprego, ambos os instrumentos cumprem uma função similar e podem substituir-se mutuamente. Mas seu significado distributivo é completamente oposto. Se a demanda autônoma não existe, ou permanece fixa, a criação de emprego pela redução da relação entre preços de importação — preços industriais por extensão — e salários nominais é compatível somente com um aumento do salário real. Isto foi explicado anteriormente. Implica um aumento igual ao do emprego e do salário. Na medida em que a demanda autônoma cresce em importância como instrumento de criação de emprego, a queda da relação entre preços de importação e salários nominais é menos necessária. O salário real cresce menos, ou não cresce, ou mesmo decresce, de acordo com a intensidade da demanda autônoma.¹⁸

Não há, pois, no modelo, uma determinação estreita da distribuição de renda, que depende da escolha da composição dos instrumentos destinados à geração de emprego. O limite máximo do salário real está definido, numa situação dada, pela impossibilidade de restringir a demanda autônoma além de um certo ponto, se é reconhecida a necessidade de longo prazo do investimento autônomo, da exportação industrial e da substituição de importações.

Um caso particular do modelo, porém o mais representativo do ocorrido no passado, é aquele em que os preços de bens exportáveis e os preços de importação não são independentes, mas se movem paralelamente de acordo com as modificações da taxa de câmbio. Se a demanda autônoma é considerada fixa, o modelo permite distinguir duas funções completamente determinadas. Uma função de oferta de importações que aumenta para valores crescentes da relação taxa de câmbio/salário nominal. Essa função

é a mesma a que já se fez referência no caso geral. Além disso, é uma função de demanda de importação que é descendente à medida que aquela relação cresce. Isto é, a queda do salário real reduz o nível de atividade econômica no setor industrial e, em consequência, a demanda por importações. Ambas as funções determinam um único ponto de equilíbrio. Nesse ponto define-se a relação entre taxa de câmbio e salário nominal, que torna máximo o volume de emprego, e o salário real, respeitando a restrição imposta pelo comércio externo. Nesse caso também, a única possibilidade de aumentar emprego e salário no longo prazo é a de ampliar a produção de bens exportáveis.¹⁹

Conclusão

Em resumo, o capítulo anterior diz o seguinte: o máximo de emprego que a economia pode dar está definido pelas exportações. Isso porque as importações condicionam o nível de atividade do setor industrial. A geração efetiva de emprego depende da intensidade da demanda. Esta pode se criar por aumento dos salários reais ou por fatores autônomos como o investimento, a exportação de manufaturas e a substituição de importações. O peso relativo de uma ou de outra fonte de criação de demanda incide na distribuição final da renda. No ponto de pleno emprego, o valor máximo do salário real é tanto maior quanto menor é o peso da demanda autônoma na demanda total.

A economia argentina impõe limites à redistribuição progressiva de renda, concebida como política de ocupação e salários: a restrição de comércio externo e a necessidade de acumulação de capital. Esses limites também existem nos países de maior nível de desenvolvimento.

O conflito entre distribuição e acumulação ou, em outras palavras, o conflito entre salários e lucros, vigora em situação de pleno emprego. Quando há recursos e trabalhadores ociosos, a expansão da atividade econômica pode ser feita favorecendo tanto salários como lucros industriais.

É essa dupla situação que torna possível, e ao mesmo tempo limita, a política populista. A aliança política do populismo nasce na recessão e se propõe a ser um programa de crescimento. Assalariados e burguesia industrial têm então interesses complementares, enquanto os empresários rurais ficam na oposição. O êxito do programa destrói o elemento constitutivo da aliança. Ao se aproximar do pleno emprego, os interesses conflitivos substituem os complementares. O conflito torna-se muito intenso porque se desenvolve no meio de um contexto inflacionário explosivo, resultante da utilização do aumento de salários como instru-

mento de expansão da demanda. Em menor ou maior prazo a aliança se destrói, a burguesia industrial inclina-se para uma nova aliança com a burguesia rural, o populismo termina enredado em suas próprias contradições e um novo programa de ordem e recessão emerge.

A análise econômica dos capítulos precedentes sugere a possibilidade de elaborar uma receita econômica que evite o fenômeno das flutuações e da instabilidade política. É concebível determinar um conjunto de preços relativos entre salários, taxa de câmbio e preços agropecuários e industriais, que permita um crescimento contínuo de emprego e salários, nos valores máximos compatíveis com a restrição do comércio exterior e com as necessidades de acumulação de capital. Mas seria arrogância ou inocência do economista pensar que o desconhecimento desses valores de equilíbrio é a causa da instabilidade argentina e que sua aplicação resolveria o problema. Para isso, teria que supor previamente que as várias classes sociais podem convergir para uma proposta comum, seja por acordo, seja por imposição de uma sobre as outras. Enquanto isso não ocorre, as flutuações econômicas persistirão. A instabilidade é a expressão do conflito de classes.

Na recorrência das flutuações, a burguesia industrial tem papel-chave. Para ela o projeto populista é um programa em comum com os assalariados baseado no aumento de salários. De forma alternativa, o projeto de ordem e recessão é um projeto em comum com a burguesia rural baseado no aumento dos preços agropecuários. Em ambos os casos, as vantagens que obtém o empresariado urbano derivam, como um reflexo, das que recebem outras classes. O projeto próprio da burguesia industrial é o projeto da demanda autônoma: investimento, promoção de exportações, substituição de importações. Esse projeto, salvo os poucos anos do ministro Krieger Vasena, não foi aplicado no país. É a consequência da debilidade política da burguesia. As empresas nacionais são débeis e as empresas fortes, em sua maior parte, estrangeiras. A burguesia nacional não tem conseguido construir um programa de integração com o sistema de grandes empresas multinacionais que seja, ao mesmo tempo, economicamente rentável e politicamente aceitável. Na ausência desse programa liga-se a programas alheios de orientação distinta. Nessas condições, de capitalistas fracos e sindicatos fortes, o capitalismo argentino é, por necessidade, uma experiência tortuosa e contraditória.

A alternativa a um programa da burguesia é, naturalmente, um programa da classe assalariada. A redistribuição de renda ao estilo populista é uma experiência destinada à frustração. É claro que um projeto que se proponha permanente requer um importante grau de controle sobre a demanda autônoma, em especial sobre o processo de formação de capital. Isso significa substituir

o populismo por um projeto reformista ou socialista. Mas isso, reconhecamos, é outra história.

Antecedentes

O modelo apresentado no item “O funcionamento da economia argentina”, p.17, tem alguma tradição.

Um dos temas relevantes da análise é o efeito da mudança na relação entre taxa de câmbio da moeda estrangeira e salários nominais sobre o nível de atividade econômica, a balança comercial e a distribuição de renda. A primeira apresentação do tema data de dezembro de 1963. Díaz-Alejandro publicou então “A note on the impact of devaluation and the redistributive effect” (*Journal of Political Economy*, nº 6, vol. LXXI), com o propósito de mostrar como os efeitos redistributivos da desvalorização da moeda, em favor dos capitalistas e à custa dos assalariados, podiam dar lugar a uma queda no nível de atividade econômica interna. Esse resultado é contrário ao aceito geralmente pela teoria econômica em que uma desvalorização não só beneficia a balança comercial do país como também contribui para expandir seu nível de atividade econômica. Ainda que de caráter geral, o artigo de Díaz - Alejandro está inspirado em sua experiência com a economia argentina. Prova disso é seu livro *Devaluación de la tasa de cambio en un país semiindustrializado* (Editora do Instituto Torcuato Di Tella) de 1966, cujo subtítulo é “La experiencia argentina 1955-1961”, no qual aplica o mesmo modelo analítico ao caso concreto de nosso país.

Em dezembro de 1968, Braun e Joy apresentam um modelo similar em seu trabalho “A model of economic stagnation. — A case study of the Argentine economy” (*The Economic Journal*, nº 312, vol. LXXVIII). Braun e Joy fazem uma simulação supondo uma desvalorização de 100% e com base a indicadores de estrutura e comportamento correspondente à economia argentina.²⁰

Ainda que haja diferenças menores, tanto o modelo de Díaz - Alejandro como o de Braun e Joy utilizam as mesmas hipóteses condicionantes do funcionamento do modelo que as supostas no trabalho aqui apresentado. Essas hipóteses básicas são:

- Um setor produtor de bens exportáveis (para Díaz-Alejandro também importáveis) com oferta local inelástica e demanda externa completamente elástica.
- Um setor produtor de bens não-exportáveis, destinados ao mercado interno, com oferta totalmente elástica (custos constantes), onde é possível a existência de desemprego.
- Baixa elasticidade de substituição na demanda por bens de ambos os setores ou, o que é equivalente, baixa elasticidade de preço da demanda interna pelo bem exportável.

O modelo de Braun e Joy contém algumas hipóteses adicionais similares às utilizadas aqui: ausência de transações em insumos entre ambos os setores, importações exclusivamente a cargo do setor produtor para o mercado interno e demanda de bens de consumo somente por parte dos assalariados. O modelo de Díaz - Alejandro é, em troca, menos restritivo e coloca as condições gerais que tornam possível que um aumento do tipo de câmbio e, em consequência, do preço interno dos bens exportáveis, dê lugar a uma queda no nível de atividade econômica. Essas condições são:

- que a elasticidade de substituição na demanda interna por ambos os bens seja baixa;
- que $m_h > m_c$, onde m_h é a propensão marginal ao consumo do bem interno (*home-good*) dos assalariados e m_c dos capitalistas.

Essas condições são preenchidas no modelo aqui apresentado (em particular supõe-se $m_c = 0$. Todavia, Díaz-Alejandro supõe que as “ m ” representem propensões marginais a consumir e investir. É evidente que sujeita a esta definição, a condição $m_h > m_c$ é muito mais restritiva — e menos provável — que se as “ m ” se referissem exclusivamente ao consumo. Dada a volatilidade do investimento, poder-se-ia supor, igualmente, que m_c fosse maior que m_h .

A razão para a condição colocada por Díaz-Alejandro é que a desvalorização significa uma transferência de renda dos assalariados para os empresários produtores do bem exportável, em nosso caso para os empresários rurais, de tal forma que estes têm uma propensão ao gasto maior que aqueles; o efeito da desvalorização sobre o nível da demanda interna resulta expansivo.

Enquanto a condição $m_h > m_c$, referida exclusivamente ao consumo, parece aceitável, já a necessidade de considerar o total do gasto dos capitalistas, tanto em consumo como em investimento, requer uma hipótese sobre o comportamento do investimento. No modelo de Braun e Joy, assim como no apresentado aqui em primeira instância, supõe-se que o investimento é induzido pelas mudanças no nível e pelo nível de atividade econômica, e depende, em consequência, da demanda de consumo. Essa, que aparece como uma hipótese pobre, é apenas um pouco mais do que confissão de ignorância. Outro enfoque que surge, em troca, ao se introduzir a taxa de juros como determinante do volume de investimento. Isto é o que faz Sidrauski em seu artigo “Devaluación, inflación y desempleo” (*Económica*, ano XI, nºs 1-2, jan.-ago., 1968). Sidrauski não considera o efeito redistributivo — não separa entre capitalistas e assalariados — mas introduz como

variável ou de investimento a taxa de juros, a qual por sua vez é determinada pela ação conjunta da oferta e demanda de dinheiro. Sidrauski conclui que a consequência recessiva da desvalorização pode em parte dever-se ao efeito redistributivo assinalado por Díaz-Alejandro, mas reflete além disso a insuficiente expansão da oferta monetária perante o aumento dos preços internos que segue àquela.

Em seu trabalho "Un modelo simple sobre el comportamiento macroeconómico argentino en el corto plazo", *Desarrollo Económico*, nº. 59, vol. XV, dez. 1975, Porto analisa a maior parte das questões apresentadas nos artigos precedentes. O modelo de Porto inclui tanto o efeito redistributivo destacado por Díaz-Alejandro como o monetário assinalado por Sidrauski, mas mantém o caráter diferenciado deste tipo de modelo. Porto agrega, além disso, o setor público e a possibilidade de exportações por parte do setor industrial. Enquanto a apresentação de Porto permite efetuar uma análise sistemática de todas as hipóteses e relações colocadas neste tipo de modelo e é, em consequência, a expressão mais geral que alcançou o mesmo, sua função de investimento é essencialmente a colocada por Sidrauski — ainda que reconheça um elemento autônomo.

A colocação da função de investimento como dependente da taxa de juros contém uma suposição implícita que é a invariabilidade da função de eficiência marginal do capital. Os movimentos desta função são os menos estudados, embora sua existência seja perfeitamente reconhecível na recorrente experiência cíclica argentina. Todo o conjunto de fatores que incide na determinação da magnitude do investimento é, além disso, fundamental na formulação de uma teoria sobre o comportamento da economia no longo prazo e, em particular, sobre a distribuição de renda e a natureza dos conflitos entre classes sociais que ela envolve. Nesse contexto, a simples determinação do volume de investimento pela oferta monetária — via taxa de juros — aparece insuficiente.

No artigo aqui apresentado procurou-se definir os componentes da denominada demanda autônoma como um conjunto claramente distinto da demanda de bens de consumo e submetido a uma ordem diferente de decisões. Não se tentou, todavia, a determinação do volume da demanda autônoma como resposta à modificação de suas variáveis causais. Monza, em "Crecimiento y demanda" (*El Trimestre Económico*, nº 169, jan.-mar. 1976), avançou no sentido de reconhecer as possíveis fontes de demanda autônoma, salários, investimento e exportações e distingui-las da demanda induzida que se gera mediante o processo de multiplicação. Analisa também os limites na expansão do uso que se pode fazer dessas fontes e a determinação dos valores críticos que cada uma delas pode alcançar na composição do total da demanda.

Chega ainda a formular um esboço das funções que permita determinar sua magnitude.

O artigo de Monza é um primeiro passo no caminho do aperfeiçoamento deste tipo de modelo. É claro que o estudo das funções de investimento e o comportamento dos capitalistas, distinguindo empresários rurais de industriais, é o desenvolvimento necessário para completar a descrição das relações essenciais no funcionamento da economia argentina.

Notas

1. Com a morte de Perón, em 1976, assumiu o governo a vice-presidente Isabel Perón, a qual foi deposta por um golpe militar nesse mesmo ano. (N.T.)
2. O setor agropecuário compreende, além das atividades ligadas ao uso da terra, as de transformação industrial de seus produtos e os serviços correspondentes de todo tipo. O resto das atividades econômicas pertence ao setor industrial.
3. Ainda que não seja imprescindível para efeito de funcionamento do modelo, supõe-se, em benefício da clareza expositiva, a inexistência de compra e venda de insumos entre setores — os setores só produzem bens finais — e de importações por parte do setor agropecuário. Este setor só acumula para a formação de estoques e não demanda bens de capital ao setor industrial. A introdução da possibilidade dessas adições no modelo tende a moderar mas não a alterar os resultados.
4. “Fundamentalmente” quer dizer que não se desconhecem as influências — menores — que podem se derivar das mudanças nos preços industriais, que se assinalaram anteriormente.
5. No conceito de taxa de câmbio incluem-se — salvo quando expressamente se diga o contrário — os impostos sobre a exportação e outros, as diferenças de preços de compra e venda pelo Estado e toda outra medida destinada a modificar a relação entre preço internacional e preço interno.
6. A seguir estudam-se os efeitos do abandono desta hipótese.
7. O funcionamento do modelo do modo previsto neste trabalho requer a alteração dos custos com mão-de-obra que, num segundo momento, manifesta-se como modificação da renda e gasto dos assalariados. A mudança na quantidade produzida leva à alteração no volume de emprego. O mesmo efeito ocorre se se altera o salário nominal, supondo-se emprego constante. Dado que o setor industrial compreende um subsetor de trabalhadores independentes — cuja renda iguala o volume de vendas — a modificação das rendas do trabalho pela quantidade ou renda está assegurada dentro do subsetor e conseqüentemente dentro do setor em seu conjunto.
8. O gasto de consumo dos empresários supõe-se inalterado durante todo o processo.
9. O valor do multiplicador é

$$m = \frac{I}{I - \left(\frac{I - \eta_A \gamma_A}{I - \gamma_A} \right) \delta_a}$$

onde:

- η_A : elasticidade-renda da demanda dos assalariados por bens agropecuários;
 γ_A : proporção do gasto dos assalariados em bens agropecuários em relação ao total de seu gasto;
 δ : proporção da demanda dos assalariados na demanda total de bens do setor industrial (incluindo o consumo dos empresários e a demanda de investimento);
 l : elasticidade-emprego no setor industrial em relação a mudanças na demanda

$$(0 \leq a \leq 1)$$

Adotando valores aproximados aos argentinos, resulta:

$$1 - \left(\frac{1 - \eta_A \gamma_A}{1 - \gamma_A} \right) \delta \cong \quad \text{ou seja que} \quad m \cong \frac{1}{1 - a}$$

Como mede a intensidade da reação dos empresários industriais com relação ao emprego quando se modifica o nível de demanda, o multiplicador aparece como diretamente condicionado a essa intensidade. Enquanto os preços industriais e os salários nominais se mantêm constantes, os lucros dos empresários do setor declinam proporcionalmente ao nível de atividade. Daí resulta o fato de que a tentativa de cada empresário de manter o nível de lucros unitários reduzindo o emprego tem por consequência a queda dos lucros para o conjunto. Se a redução do emprego fosse estritamente proporcional à queda da demanda, em cada um dos passos sucessivos, o emprego e os lucros cairiam a zero.

10. A existência ou não de um mercado alternativo é a diferença básica que separa ambos os setores. Uma classificação mais funcional do que a do modelo em uso deve ser feita tendo esse único fato em conta. Desse modo, muitas atividades agropecuárias de produção não exportável — vinhos, hortaliças, erva-mate etc. — seriam classificadas como “industriais” e vice-versa para os produtos industriais de exportação.
11. Ao fazer esta afirmação devemos recordar que vige a hipótese de independência da demanda de consumo dos empresários com respeito a rendas e preços. No que concerne aos empresários industriais, a eliminação desta hipótese não modifica o funcionamento do modelo. Os lucros empresariais movem-se paralelamente aos salários durante a expansão e a recessão, e o mesmo ocorre com suas correspondentes demandas de consumo. A demanda de consumo dos empresários rurais move-se em sentido oposto, já que seus lucros assim o fazem com relação aos salários. Mas pode-se supor que a intensidade desta demanda contrária é pequena com relação à dos assalariados. O caso dos lucros do setor rural merece, todavia, atenção porque destaca um dos pressupostos de comportamento do modelo. Quando os preços agropecuários sobem, aumentam os lucros do setor rural. A elevação de lucros é produto de dois componentes: por um lado, o maior gasto que fazem os assalariados em bens agropecuários; por outro, as maiores rendas advindas da exportação, medidas em moeda nacional, derivadas do aumento de preço. Desta forma aparece, nominalmente, um aumento de rendas igual à diferença entre os maiores lucros rurais e o gasto adicional dos assalariados em bens agropecuários. Esse aumento exige uma expansão monetária correspondente aos novos preços agropecuários. Se estas rendas adicionais — em poder dos empresários rurais — se transformassem integralmente em demanda para o setor

industrial, o efeito do aumento dos preços agropecuários sobre a atividade industrial seria expansivo e não recessivo como se supôs aqui.

O fato é que tal transformação integral não ocorre. A demanda de consumo dos empresários rurais expande-se um pouco, mas seu efeito no conjunto é de significado menor. O resto, se gastar em bens de investimento dentro do próprio setor rural — formação de estoques —, contribui para o financiamento dos gastos correntes do setor industrial e, em pequena proporção, gasta-se em bens de investimento de origem industrial. Esses fatos são compatíveis com a suposição de que o investimento é induzido e que sua rentabilidade depende da intensidade da demanda de consumo dos assalariados.

Na experiência histórica, esse fenômeno foi reforçado com a aplicação de políticas restritivas.

12. O efeito do processo de multiplicação sobre os saldos exportáveis é pequeno devido à baixa elasticidade-renda da demanda de bens agropecuários; exceto quando a proporção de vendas para exportação é muito pequena em relação ao total, caso em que uma redução menor da demanda interna produziria uma mudança importante nos saldos exportáveis. Salvo esta situação, o impacto do processo de multiplicação sobre a balança comercial se exerce fundamentalmente do lado das importações.
13. É necessário considerar aqui o efeito redistributivo do uso dos fundos que capta o Estado por meio de impostos e tarifas. Esse é um aspecto importante que está fora do modelo.

No caso do aumento dos preços agropecuários para iguais fins, é necessária uma política monetária mais restritiva se se deseja neutralizar o impacto sobre a demanda emergente da criação de meios de pagamentos destinados a financiar o maior preço das exportações em moeda nacional. Isto não é necessário para o caso de aumento do preço das importações.

Por último, levantando-se a hipótese de perfeita elasticidade da demanda externa por produtos agropecuários e se admitindo que os preços externos obtidos são uma função decrescente da quantidade vendida, a liberdade de modificar os preços internos dos mesmos fica seriamente comprometida. Há uma quantidade ótima de bens que podem ser vendidos no exterior para tornar máximo o valor das exportações. Nesse caso, o volume de saldos exportáveis e conseqüentemente o preço interno dos bens agropecuários, que os determina, são fixos. As variações no nível de emprego e na situação da balança comercial se produzem exclusivamente como conseqüência da alteração no preço das importações.

14. Há, além disso, criação de demanda pelo gasto público. A política monetária pode, além disso, ser expansiva ou restritiva.
15. Do ponto de vista do conceito e do financiamento do modelo, todo o setor industrial que abre um mercado de exportações, de forma que este resulte numa alternativa de peso para o mercado interno e possa substituí-lo em caso de recessão, pode-se considerar como incorporado ao aqui denominado “setor agropecuário” ou mais propriamente “setor exportador”. Feito isso, o aparato teórico do modelo permanece inalterado. Em termos positivos — nível de emprego e salário real —, o crescimento relativo do setor exportador tem uma importância muito grande.
16. Supõe-se que, na determinação do volume de bens exportáveis que se destina ao mercado interno ou à exportação, a influência das mudanças de preço no setor industrial e das mudanças no volume de emprego é nula. Na realidade essa influência é menor e pode ser descartada para efeitos de clareza da exposição.

17. Esta é uma avaliação crucial na formulação de uma estratégia de desenvolvimento econômico a longo prazo. Sobre o tema há um grande debate. Os exemplos de Taiwan, Coréia do Sul, Noruega e mesmo Brasil são usados como prova de possibilidade de uma expansão explosiva das exportações industriais. Na opinião do autor estes casos explicam-se por situações particulares, nas quais as razões políticas são importantes. Os tipos de bens industriais que países como a Argentina podem exportar têm um potencial de oferta excedente muito grande. Os mercados externos são portas muito estreitas para que entrem todos ao mesmo tempo; só os eleitos passam.
18. Do ponto de vista do empresariado industrial, as mudanças na relação de preços entre importação e salários nominais representam uma mudança na composição de seus custos: insumos importados por um lado e custos com mão-de-obra, por outro.
19. Observe-se que o aumento de salários no longo prazo depende dos aumentos de produtividade no setor exportador, historicamente o agropecuário — e da substituição de importações — e não dos aumentos de produtividade do setor industrial. Dado que aqueles incrementos de produtividade são sempre menores que estes, explica-se a razão pela qual os aumentos salariais no setor industrial sempre crescem mais lentamente que os aumentos de produtividade.
20. Deve-se citar além disso o artigo de Villanueva “Una interpretación de la inflación argentina” (*Revista de Ciencias Económicas*, abr.-jul. - 1972) que se utiliza de um modelo similar para análise da inflação. Villanueva propõe a tese de que a inflação é resultado da luta pela distribuição de renda; tese semelhante à elaborada neste trabalho.